



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

Rua: Dr. Pedro Paulino da Costa, 329 - Centro - 37968/000 - 35 3591-4055

[www.montesantodeminas.mg.leg.br](http://www.montesantodeminas.mg.leg.br)

[camaramsm2019@gmail.com](mailto:camaramsm2019@gmail.com)

## PROJETO DE LEI Nº 005/2025

Concede a Revisão Geral dos Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.

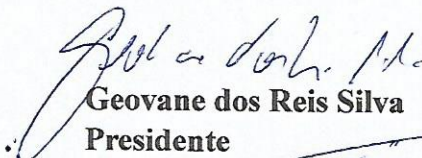
A Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

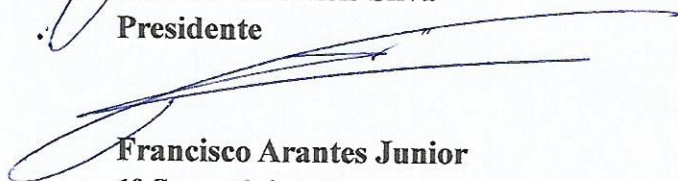
Art. 1º Fica autorizada a recomposição dos vencimentos do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipais da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas no percentual correspondente a 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento), sendo 4,17 (quatro vírgula dezessete por cento) a título de revisão anual nos termos do inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal, de acordo com o INPC, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado nos últimos 12 (doze) meses e 2,10 % (dois vírgula dez cento) a título de ganho real.


Art. 2º Os recursos decorrentes da aplicação da presente resolução correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

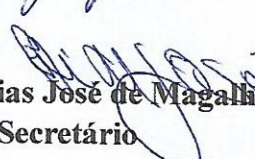
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, 18 de fevereiro de 2025.

  
**Geovane dos Reis Silva**  
Presidente

  
**Francisco Arantes Junior**  
1º Secretário

  
**Johnny Alexandre Marques**  
Vice-Presidente

  
**Elias José de Magalhães**  
2º Secretário

Parecer Jurídico nº 001/2025 – Advocacia da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas

Assunto: Iniciativa Legislativa para a proposição do aumento salarial de Prefeito, Vice-prefeito e secretários Municipais.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas

Ementa: INICIATIVA LEGISLATIVA. AUMENTO DE SUBSÍDIO DE AGENTES POLÍTICOS. CÂMARA MUNICIPAL.

### **Relatório**

Trata-se de consulta feita pela Presidência da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas que tem dúvidas quanto à iniciativa de lei para realizar o aumento do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e secretários municipais.

É o relatório.

Passo a fundamentar.

### **Fundamentação**

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a iniciativa de lei para fixação do subsídio do prefeito, vice-prefeito e secretários é de iniciativa da Câmara Municipal, conforme art. 29,V:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...]

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; “.

Dessa forma, observa-se que o constituinte deixou expresso no texto constitucional a clara iniciativa de lei fixadora de subsídios do prefeito, vice e secretários à Câmara Municipal.

### **Conclusão**

Diante do exposto, é certo que a iniciativa de lei para fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais é da Câmara Municipal.

É o parecer. Remeto à autoridade superior para apreciação.

Monte Santo de Minas, 18 de fevereiro de 2025.

Giovanni Carlo Batista Ferrari

Advogado OAB/MG 165.127.

*Giovanni Carlo Batista Ferrari*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br      administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

**DECLARAÇÃO DE LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL**

Declaro, para os devidos fins, que até a presente data, o município de Monte Santo de Minas, atende os limites quanto à observância de despesa total com pessoal conforme disposição:

I - no artigo 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a) e b) da Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (limite legal).

II - no artigo 22, parágrafo único e seus incisos (limite prudencial).

Monte Santo de Minas, 19 de fevereiro de 2025.

CARLOS  
EDUARDO  
DONNABELLA  
:35740531691

Assinado de forma digital  
por CARLOS EDUARDO  
DONNABELLA:357405316  
91  
Dados: 2025.02.19  
10:51:00 -03'00'

**Carlos Eduardo Donnabella**  
**Prefeito Municipal**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

Rua: Dr. Pedro Paulino da Costa, 329 - Centro - 37968/000 - 35 3591-4055

[www.montesantodeminas.mg.leg.br](http://www.montesantodeminas.mg.leg.br)

[camaramsm2019@gmail.com](mailto:camaramsm2019@gmail.com)

## PARECER

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS, AO PROJETO DE LEI Nº 005/2025, CONCEDE A REVISÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Os membros das **Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**, no uso de suas atribuições previstas nos artigos 88 e 89 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, vêm apresentar seu parecer sobre o projeto em questão.

Os membros da Mesa Diretora informam que o referido projeto tem o intuito de atender o disposto no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal e demais leis vigentes, concedendo a revisão geral anual aos agentes políticos do Poder Executivo Municipal. Que o índice de 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) encontra respaldo no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que é o índice oficial e 2,10% (dois vírgula dez por cento) a título de ganho real, perfazendo um percentual de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento).

Quanto a iniciativa não vislumbramos qualquer vício na presente proposta, existindo amparo na Lei Orgânica Municipal, pois se enquadra dentre as matérias de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora.

A legalidade é visível, até porque a Constituição da República determina que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Os membros das Comissões declaram legal o projeto sob o ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, devendo ser também pronunciada a viabilidade técnica ao projeto.

Após análise e exame dos documentos que o acompanham, verificaram que a proposta obedece à legislação pertinente, sendo que a Comissão de Legislação,



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

Rua: Dr. Pedro Paulino da Costa, 329 - Centro - 37968/000 - 35 3591-4055

[www.montesantodeminas.mg.leg.br](http://www.montesantodeminas.mg.leg.br)

[camaramsm2019@gmail.com](mailto:camaramsm2019@gmail.com)

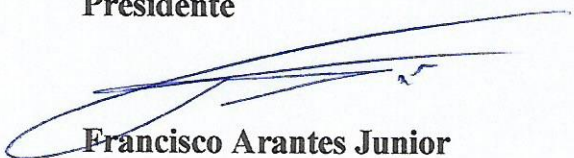
Justiça e Redação declara que nada de inconstitucional nota-se e ambas as comissões opinam favoravelmente à aprovação do mesmo, sabendo-se que a decisão final é do Plenário, pela soberania que dispõe.

Secretaria da Câmara de Monte Santo de Minas, em 18 de fevereiro de 2025.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

**Sandra Soares de Moraes Ferreira**  
Presidente

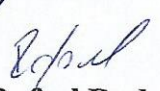
  
**João Crente**  
Vice-Presidente

  
**Francisco Arantes Junior**  
Membro

## COMISSÃO DE FINAÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

  
**João Crente**  
Presidente

  
**Paulo Márcio Secundo dos Santos**  
Vice-Presidente

  
**Rafael Rodrigo da Silva**  
Membro